



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



PARECER JURÍDICO N.º 042/2022

REFEÊNCIA: Processo Administrativo n. 00373/2022 (Dispensa nº030-020/2022)

NATUREZA JURÍDICA : Procedimento de dispensa.

ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde.

CONSULENTE: Comissão Permanente de Licitação – CPL.

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN.

OBJETO : Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de reforma na instalação elétrica do Centro de Saúde Antônio Emídio de Souza, conforme Projeto Básico.

EMENTA: *Processo de dispensa de licitação nº 030-020/2022. Direito Administrativo. Licitações e Contratos. : Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de reforma na instalação elétrica do Centro de Saúde Antônio Emídio de Souza, conforme Projeto Básico, localizada na Rua Alcides Viana, 405, Centro do município de Coronel João Pessoa/RN, Base Legal: Artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93. Recomendações.*

RELATÓRIO

Trata-se de processo oriundo da Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, que tem por objeto Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de reforma na instalação elétrica do Centro de Saúde Antônio Emídio de Souza, conforme Projeto Básico, localizada na Rua Alcides Viana, 405, Centro do município de Coronel João Pessoa/RN.

Os presentes autos, contendo 01 (um) volume, foram distribuídos à assessoria jurídica, para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 38, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 1993 e no Art. 4º, inciso VI, alínea "a", item 4, da Instrução Normativa do Controle Interno do Município de Coronel João Pessoa n. 001/2017.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



encontrando-se instruídos com os seguintes documentos:

- a) Protocolo (fl.03);
- b) Solicitação (fl.02) elaborada pelo Secretário Municipal de Saúde, datado do dia 08/03/2022;
- c) Termo de Referência e anexo (fls. 05 às 12);
- d) Projeto Básico, Planilha de quantitativos e preços básicos, cronograma Físico Financeiro, memória de cálculos dos quantitativos, composição de preços e DBI (fls. 14 às 28);
- e) Memorial Descritivo (fls. 30 às 34);
- f) Relatório fotográfico (fls. 36 às 40);
- g) ART (fls. 41);
- h) Planta (fls. 43);
- i) Despacho da Chefe do Executivo Municipal aprovando a Instauração do presente procedimento de despesa (fls. 44);
- j) Pesquisa mercadológica (fls. 50 às 75);
- J) Mapa de preços elaborado pelo Orçamentarista, emitido do dia 17/03/2022; (fls. 76);
- K) Relatório de análise de proposta pela engenharia municipal (fls.79 às 80)
- L) Dotação orçamentária (fls.84), elaborado pelo Secretário Municipal de Finanças e Orçamento, datado do dia 23/03/2022 (fls. 84);
- l) Declaração de Adequação Orçamentária (fls. 85);
- m) Autorização pela Chefe do Executivo Municipal, pelo prosseguimento do presente processo administrativo (86);
- n) Autuação, pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL- (fls. 87);
- o) Minuta do Contrato (fls 90 às 98);
- p) Documentos apresentados pela melhor proposta (fls. 100/125).
- r). Consultas (fls. 127 às 131) e



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



- s) Justificativa de Dispensa de Licitação, elaborada pela Comissão Permanente de Licitação- CPL (fls. 132 às 137) , devidamente nomeados pela Portaria n. 008/2022 (fls. 88 e 89).

Destarte, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento.

No caso do processo submetido à análise, percebe-se eu as folhas estão devidamente numeradas e rubricadas. Os autos do processo se encontram regularmente formalizados, em conformidade com o ordenamento jurídico pertinente, posto que, o art. 24, inciso I da Lei nº 8.666/93 prevê a dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento). do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, nos casos previstos nesta Lei, *in verbis*:

Art. 24 É dispensável a licitação:

[...]

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

[...]

Art. 23 As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

[...]

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

[...]

Por se tratar de questão eminentemente técnica, de integral responsabilidade do órgão, não adentraremos o mérito da justificativa. Apenas frisamos que da efetiva caracterização da singularidade do objeto depende diretamente a legalidade da contratação autorizada pelo inciso I do art. 24 da Lei nº 8.666/93, e desta forma, percebe-se através da apuração das propostas de (fl. 76), que o interessado, de melhor proposta, apresenta os requisitos exigidos por lei.

Pelo exposto, conclui-se que os autos foram instruídos com os pressupostos necessários para a contratação por dispensa de licitação com fulcro no art. 24, I da Lei nº 8.666/93, conforme acima delineados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



No que diz respeito à ao afastamento da licitação, as observações pertinentes foram destacadas na ocasião da análise dos pressupostos para dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inc. I da Lei nº 8.666/93, em momento anterior deste parecer, às quais reportamos. Assim, cabe apenas reiterar que a contratação com fundamento no permissivo legal indicado deriva da competição em razão do bem objetivado, cujo se cumpriu o exigido por lei e houve a competição entre três Empresas, de maneira que não resta alternativa senão a contratação direta com a empresa que teve melhor preço.

Com relação à justificação do preço, trata-se de um dever imposto ao Administrador, que tem por finalidade confirmar a razoabilidade do valor da contratação, conferindo por consequência, probidade e moralidade ao ajuste.

Portanto, no que toca às exigências insertas no art. 26 da Lei nº 8.666/93, entende-se que elas foram devidamente cumpridas no presente feito, cabendo ao órgão observar, no momento oportuno, aquelas relativas à ratificação e publicação do ato, bem como a recomendação para juntada de documentos relativos à justificativa de preços.

No documento de (fls. 84), o órgão apresentou a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 14 e o caput do art. 38 da Lei nº 8.666/93, bem como a do art. 16, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Da mesma forma, foram colacionados aos autos os documentos que comprovam a regularidade fiscal para com os Tributos Municipais, Estaduais e À Dívida Ativa Do Estado, a Receita Federal, trabalhista, da futura contratada, bem como ato de nomeação dos membros da Comissão Permanente de licitação, como demonstrada no relatório do presente parecer.

Destaca-se que, nos termos do art. 62, deverá conter as cláusulas elencadas no art. 55 da mesma Lei nº 8.666, de 1993, naquilo que couber, de forma que consigne as condições essenciais que regerão a execução do ajuste, tais como a descrição precisa do objeto, obrigações e responsabilidades





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL



das partes, a vinculação aos termos do ato de dispensa, da proposta, forma e prazo de pagamento, sanções incidentes em caso de descumprimento de obrigação – em especial, no caso de multas, a base de cálculo e percentuais respectivos, para fins de regência dos aspectos essenciais da relação contratual.

São os fundamentos.

CONCLUSÃO

Ex positis, em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **pela possibilidade jurídica, do prosseguimento desta dispensa**, por revestir-se de sustentação legal.

Saliente-se que considerando que os termos do parecer jurídico meramente consultivo não é vinculante, nem pode ser considerado ato administrativo, consoante entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (MS 30.892/2014), submeta-se os termos do presente parecer ao Consulente, autoridade administrativa responsável pela expedição do ato administrativo decisório.

É o parecer.

Coronel João Pessoa/RN, 31 de março de 2022.


NIVALDO MORENO PINHEIRO NETO
Advogado OAB/RN nº8228
Assessor Jurídico Municipal